



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

ISLAN RODRIGO MACHADO CALDAS

**A importância da gestão de risco como ferramenta na análise de
concessão ao crédito: a experiência em um ambiente cooperativo**

Cruz das Almas - BA
Março de 2018

ISLAN RODRIGO MACHADO CALDAS

A importância da gestão de risco como ferramenta na análise de concessão ao crédito: a experiência em um ambiente cooperativo

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Colegiado de Graduação de Tecnologia em Gestão de Cooperativas do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientador: José da Conceição Santana

Cruz das Almas - BA
Março de 2018

Agradecimentos

Enfim chegou o fim de mais um ciclo, mais um objetivo concluído. Quero aqui dedicar um espaço para agradecer a Deus, por me conceder o dom da vida e a dadiva, que é acordar a cada dia e ter a oportunidade de recomeçar, por ser minha fortaleza, por me mostra a cada etapa concluída que ele vem agindo em minha vida de forma esplendida.

Aos meus pais Felix Caldas e Suely Machado por me ensinarem o caminho que deveria a trilhar, por cada momento de amor, carinho, dedicação e por cada “puxão de orelha”, sem vocês não conseguiria chegar até aqui. As minhas irmãs Maiara Machado e Barbara Jamile por todo apreço, por cada momento de alegria e motivação que me propuseram nessa caminhada. A minha namorada Luana Nunes por cada momento de apoio, incentivo e por estar sempre ao meu lado.

A todos os primos e primas das famílias Machado e Caldas por cada incentivo, cada momento de apoio e descontração. Em especial a minha avó materna Maria Bonsussesio (*in memoria*) e avó paterna Valdelice Caldas (*in memoria*), as quais me proporcionaram uma família sem igual, a minha tia avó Zeca Machado (*in memoria*) que durante sua estadia entre nos pode me ensinar a ser uma pessoa melhor, sendo minha segunda mãe, por me ensinar que devemos “fazer o bem sem olhar a quem”, sem seu apoio não seria a pessoa que sou. A minha tia Rosy Machado (*in memoria*), que com seu jeito bravo de ser sempre me incentivou a estudar e a procurar o melhor caminho, queria vocês aqui nesse momento para juntamente comigo comemorar essa nova conquista.

A tia Roseli Machado e tio Geomario Machado, por cada momento de alegria e descontração que me propuseram durante a vida, a meu tio e padrinho Jorge Caldas sem esquecer de minha tia / madrinha Albaci Selis por todo incentivo que veio me dando durante toda caminhada.

Não posso aqui deixar de citar alguns amigos que ao decorrer da vida veio me ajudando de alguma forma, a Fernando Dias e Assis Miranda, vocês me proporcionaram momentos impares e ajudaram a ser o profissional que sou hoje, a Lucas Rodrigo que foi um dos responsáveis por não deixarem desistir dessa caminhada.

Aos meus amigos Noel Reis, Edelaine Alves, Elber França, Alexsandro Peixoto, Zenildo Magalhães, Gleidson Cruz, Lucas Santana e toda turma 2012.2 por cada momento vivido com vocês. Sem esquecer do Grupo de Forró Rodado, aqui representado nas pessoas de Valdir Leanderson e Karina Souza por cada momento de distração em dias tempestivos e estressantes que me mostraram a força que o forró pode ter na vida das pessoas.

A todos os professores do Curso de Gestão em Cooperativas, em especial meu orientador José Santana, por acreditar em meu potencial desde o início do curso me incentivando a não desistir dessa caminhada, sempre me incentivando a melhorar nas dificuldades, a professora Daciane Silva por sempre estar disponível a me ajudar no decorrer dessa jornada. A UFRB por me concederem não só experiências acadêmicas mais por me proporcionar momentos de aprendizados profissionais, a todos da Pró Reitoria de Gestão de Pessoas da UFRB na qual pude vivenciar e aprimorar-me profissionalmente.

Aos amigos e colegas da instituição a qual faço parte atualmente, por cada aprendizado que vocês me proporcionaram.

A todos vocês que fizeram e fazem parte de minha vida aqui citado ou não, meu muito obrigado, sem vocês eu não chegaria até aqui.

Resumo

O trabalho teve como base a análise da gestão de risco de crédito em um empreendimento cooperativo de crédito, sem identificar a instituição. O trabalho tem a proposta avaliar como a referida cooperativa se comporta perante a temática e as formas que são utilizadas para cessão e controle do crédito. O estudo utilizou uma revisão bibliográfica sobre os temas: cooperativismo, crédito, cooperativas de crédito, princípios de gestão financeira e gestão de riscos para subsidiar a pesquisa realizada na instituição, com o objetivo de analisar a forma como são tratados os riscos inerentes a essa operação. O estudo conclui que a cooperativa em questão, apesar de utilizar ferramentas de minimização de riscos nas operações de crédito, apresenta recomendações para melhorar suas atividades.

Palavras chaves: Crédito, Gestão de risco de crédito, Cooperativas de Crédito.

Sumário

Introdução	7
Cooperativismo	9
Crédito	12
Cooperativas de crédito	14
Gestão financeira	15
Gestão de riscos	17
Pesquisa de campo	19
Conclusão	21
Referências	24
Anexos	28
Questionário para Corpo Gestor	28
Questionário para Atendentes	31

Introdução

O presente trabalho pretende discutir a importância da gestão de risco como um conjunto de ações norteadoras na análise de concessão ao crédito e mitigação de risco nessas operações em uma cooperativa de crédito. Para preservar o anonimato da instituição, nesse estudo não será caracterizada a região e nem outros indicadores que possam servir de identificação da cooperativa estudada, entretanto chamaremos de Cooperativa de crédito X.

A gestão de risco é um agrupamento de ações utilizadas na gestão de cooperativas de crédito como forma de minimizar os riscos de irregularidade perante as operações. Existem vários instrumentos na gestão de risco que são pertinentes para realização da análise de riscos, um deles é a metodologia COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, que traz métodos e técnicas sobre o gerenciamento dos riscos corporativos. Sabendo disso, surgem alguns questionamentos dos quais nos aguça, a saber, as medidas utilizadas na Cooperativa de crédito X para as análises dos riscos nas operações e sua relevância para concretização das operações.

A análise de risco é utilizada de forma preventiva a fazer com que ajude as instituições a serem superavitária. Quando existe uma gestão de risco eficiente e eficaz faz com que as decisões de riscos nas operações sejam mais plausíveis. A partir daí que vem a relevância do tema para ser estudado, ou seja, ao saber da importância de uma gestão de risco eficiente, e o controle e a redução da conta contábil de provisão que desperta a curiosidade no tema e a relevância desta pesquisa.

A pesquisa teve como propósito compreender a operacionalização das propostas de crédito na Cooperativa de crédito X, analisando quais são os indicadores relevantes na análise do crédito em cooperativas e verificar até que ponto a gestão de risco pode ser eficaz em uma cooperativa.

O que motiva a analisar a gestão de riscos de crédito em cooperativas financeiras é saber que a partir disso as instituições têm seu apetite a risco lapidado para que o empreendimento possa analisar qual risco a mesma pretende encarar. Foi com base nisso que despertou a curiosidade em saber como a referida

cooperativa trata a sua gestão de risco de crédito com a finalidade de minimizar os riscos de inadimplências.

A metodologia do estudo foi composta por revisão bibliográfica e de pesquisa de campo. A pesquisa de campo de forma qualitativa exploratória se deu através de entrevistas estruturadas com os colaboradores acerca do procedimento de avaliação de riscos. Tendo sido confrontada com o que traz a literatura, onde buscamos saber o entendimento e medidas utilizadas pela cooperativa para minimizar os riscos nas operações.

As entrevistas foram realizadas de maneira virtual através do recurso Google Forms. Ferramenta essa que faz parte da empresa de tecnologia Google, localizada no seu serviço de armazenamento em nuvem, o Google Drive. Foi disponibilizado um link para acesso a três colaboradores que atuam no atendimento da Cooperativa X e dois responsáveis pela gestão da mesma, entretanto apenas um dos responsáveis pela gestão teve tempo hábil para responder a entrevista. Foi enviado um link por e-mail e cada atendente e identificado mediante um código de acesso, de forma que pode garantir o sigilo das informações ali acrescentadas e sem identificar a cooperativa aqui estudada.

Foi adotado esse método de entrevista tendo em vista que devido a demanda do dia a dia da cooperativa, foi a melhor maneira para que os entrevistados pudessem responder às perguntas e assim minimizando os questionários sem respostas. O questionário foi composto de quinze perguntas para os atendentes e dez perguntas para os responsáveis pela gestão da cooperativa.

O presente trabalho se estruturou em cinco tópicos, assim distribuídos: no primeiro tópico apresenta um breve apanhado sobre o cooperativismo e sua historia; o segundo tópico aborda a conceituação de crédito; no terceiro tópico a um abordagem geral sobre cooperativas de crédito; o quarto tópico traz princípios da gestão financeira; por fim o quinto tópico traz algumas das ferramentas utilizadas pela gestão de risco. A título de ilustração, anexamos os tipos de formulários aplicados na pesquisa de campo.

Cooperativismo

Ao se analisar crédito cooperativista faz-se necessário abordar ainda que brevemente aspectos teóricos, doutrinários e históricos do cooperativismo.

Cooperativas são a junção de pessoas com o mesmo objetivo formalizado através de um contrato de sociedade cooperativa, onde todas as pessoas se disponibilizam a colaborar com essa sociedade utilizando, fornecendo bens ou serviços para uma atividade econômica não sujeita a falência (BRASIL, 1971).

O cooperativismo vem na contra mão do sistema capitalista trazendo um novo modelo de negócio e também uma nova filosofia. Traz consigo a finalidade ser um negócio rentável e duradouro sem explorar a mão de obra dos envolvidos, fazendo com que a localidade na qual esta inserida seja uma sociedade mais justa, buscando proporcionar mais inclusões, desenvolvimento econômico, social, sustentável e entre outros (OCB, 2018).

Essa doutrina e modelo de negócio trazem consigo algo bastante interessante que são seus valores descritos em: Cooperação, onde todos ganham e todos decidem, não existe um chefe mais sim um líder eleito democraticamente que ajudará a conduzir as decisões da maioria; Transformação, quando se adota a forma cooperativista de viver as pessoas começam a demonstrar que é possível viver em harmonia e crescer todos juntos de forma com que todos ganhem e por último o Equilíbrio, mostrando que é possível colocar-se em destaque sem esquecer dos lados econômico e o social, o individual e o coletivo (OCB, 2017. a).

Atualmente existem sete princípios cooperativistas que ajudam a nortear não só a vida, mas como toda a atividade realizada com ideias cooperativistas: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade. Esses princípios foram aprovados pela ACI¹ em 1995 (Reisdorfer, 2014, p.38).

Entretanto, Singer (2002, p. 39-52) traz que os sete princípios surgiram com base no nascimento da primeira cooperativa. A Sociedade dos Probos de Rochdale,

¹ ACI – Aliança Cooperativa internacional é uma organização cooperativa de nível internacional que trata das formas e atos de cooperar (Reisdorfer, 2014, p.15).

que deu início com a união de 28 tecelões, em 21 de dezembro de 1844. Naquele momento, os operários não possuíam numerários para subscrição de capital devido o retorno sem êxito de uma greve e a perda dos seus empregos fazendo necessário um aporte do sindicato dos tecelões. Essa cooperativa datada da época inicial da revolução industrial, com ideia de incluir pessoas que foram excluídas pelo processo da revolução industrial respeitando os valores dos seres humanos que ali estavam.

Para SESCOOP/BA (2017), a cultura da cooperação no Brasil surgiu juntamente com a colonização portuguesa, entretanto, só veio à tona no século XIX por meio de estímulos de funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários com ideia de suprir suas necessidades. Este movimento se iniciou em 1889, na cidade de Ouro Preto (MG) através da fundação da primeira Cooperativa Brasileira, uma cooperativa de consumo a qual tinha o nome de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundação desta cooperativa foi o pontapé inicial para a criação de diversas outras cooperativas pelo país. Já em 1902 surge a primeira cooperativa de crédito do Brasil no Rio Grande do Sul por incentivo do padre suíço Theodor Amstadt e em 1906 as cooperativas rurais começaram a impulsionar naquela região devido ao alto índice de imigrantes europeus.

Além dos sete princípios do cooperativismo inspirados nos pioneiros de Rochdale, existe uma classificação de 13 ramos nos quais as cooperativas se dividem:

Agropecuário - O ramo agropecuário reúne cooperativas de produtores rurais, agropastoris e de pesca.

Crédito - Oferecer soluções financeiras adequadas às necessidades de cada cooperado.

Especial - Ramo específico para oferecer a pessoas com necessidades especiais, ou que precisam ser tuteladas, uma oportunidade de trabalho e renda.

Habitacional - Construir e administrar conjuntos habitacionais para os cooperados.

Mineral - Pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.

Saúde - Cooperativas dedicadas à preservação e à promoção da saúde humana.

Transporte - Cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros.

Consumo - Focado na compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados. Podem ser fechadas ou abertas.

Educacional - Prover educação de qualidade para a formação de cidadãos mais éticos e cooperativos e garantir um modelo de trabalho empreendedor para professores.

Infraestrutura - São cooperativas que fornecem serviços essenciais para seus associados, como energia e telefonia por exemplo.

Produção - Cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos. As cooperativas detêm os meios de produção e os cooperados contribuem com trabalho conjunto.

Trabalho - Reúne profissionais de uma mesma categoria em torno de uma cooperativa para melhorar a remuneração e as condições de trabalho do grupo de associados, ampliando sua força no mercado.

Turismo e Lazer - Este ramo reúne as cooperativas que prestam serviços de entretenimento para seus associados. [...] (OCB, 2017).

De acordo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, (2018) os municípios nos quais existem cooperativas, nota-se um avanço do IDH e com isso um aumento na qualidade de vida das pessoas em que neles vivem, ilustrado na figura 1.

Figura 1: IDH e municípios com sede de cooperativas.

	CO	NE	N	SE	S	Brasil
Cooperativas	669	1.755	716	2.949	1.429	7.518
% Municípios com Cooperativas	28,72	30,31	35,63	31,53	30,63	31,04
Cooperativas por Município	1,53	0,91	1,29	1,89	1,07	1,32
IDH dos Municípios sem cooperativas	0,727	0,600	0,647	0,730	0,763	0,666
IDH dos Municípios com Cooperativas	0,757	0,633	0,694	0,760	0,789	0,701

Fonte: OCB (2018, p.5).

Dos 13 ramos existentes no cooperativismo, será focado nessa presente pesquisa, o ramo de crédito. E, uma boa parte dos empreendimentos nesse seguimento são as cooperativas de crédito. De acordo a OCB (2018, p.4), atualmente as cooperativas de credito vêm apresentando um crescimento econômico singelo no Sistema Financeiro Nacional - apenas 3%, onde existe algo bastante interessante a se analisar que é a forma com que essas cooperativas operam.

Crédito

Existem vários pontos de vista sobre o que entendemos hoje como crédito. Por exemplo, Figueira (2001, p.13) diz que: “A palavra crédito tem origem no latim "credere" que significa acreditar, crer, confiar”. Já para Brito e Neto (2008, p. 19), para uma instituição financeira o crédito é encardo como a ação de disponibilizar um montante de recurso financeiro a um proponente através de empréstimos ou financiamentos por meio de uma promessa de pagamento em uma data futura.

Atualmente no mercado financeiro existe uma gama de créditos disponíveis tanto para pessoas jurídicas quanto para pessoas físicas. Entre essas linhas de créditos que existem as mais comuns são: Cheque especial, onde é disponibilizado um valor em conta para ser utilizado quando o solicitante quiser; Empréstimo parcelado, que é a disponibilização de uma quantidade de numerário emprestado a uma determinada pessoa que assume a responsabilidade de quitar com esse empréstimo de forma parcelada; Antecipação de recebíveis, que busca antecipar o recebimento de cheques, duplicadas ou cartões de crédito; CDC – Crédito Direto ao Consumidor, que consiste em um empréstimo de forma mais ágil e cartão de crédito que é uma forma de pagamento eletrônico onde a pessoa que utiliza tem uma data determinada para pagamento. (Kopelke, 2012, p.112 a 120).

Existe um reconhecimento pelas escolas de teorias econômicas em que o crédito é uma forma de impulsionar o desenvolvimento, a grande dificuldade é montar uma estrutura onde esse desenvolvimento possa ser executado (Tosini, p.1, 2010).

Ao se abordar os quesitos crédito e cooperativas logo vêm à mente as cooperativas de créditos. Cooperativas essas que estão estruturadas no SNCC – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, mesclado entre cooperativas de primeiro grau (singulares), segundo grau (centrais) e terceiro grau (confederações) (BACEN, 2016).

Em 31 de dezembro de 2016, havia quatro confederações (Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e Economia Familiar e Solidária – Confesol, Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob, Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi e Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred), 35 centrais e 1.017 singulares em atividade no país. Além disso, havia também dois bancos

cooperativos (Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob e Banco Cooperativo Sicredi S.A. – Bansicredi).

Confesol e Confederação Unicred são instituições financeiras devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BC). As demais são confederações de serviços e de representação. Os serviços financeiros às singulares e centrais filiadas às confederações Sicoob e Sicredi são fornecidos pelos bancos cooperativos Bancoob e Bansicredi, respectivamente. (BACEN, p.9, 2016).

Quando estudamos cooperativas do segmento crédito é fundamental entender o que é o SFN como ele atua nesse segmento. O SFN é a junção de entidades reguladoras e instituições que agem como entidades de transferência de crédito, ou seja, une pessoas e/ou empresas superavitários com a finalidade de fazer com que os agentes deficitários possam acessar serviços financeiros. (Cavalcante, 2002 apud Silva et al, p.1015). Segundo o BACEN, (2018, a, p.6) o SFN é composto conforme a figura 2 a seguir.

Figura 2: Sistema Financeiro Nacional.

BANCO CENTRAL DO BRASIL		Sistema Financeiro Nacional	
ORGÃOS REGULADORES E FISCALIZADORES			
C M N	BACEN (B)	IFs CAPTADORAS DE DEPÓSITOS À VISTA	Bancos Múltiplos c/ carteira comercial - B Bancos comerciais - B Caixas - B Cooperativas de crédito - B
	CVM (C)	DEMAIS IFs	Bancos Múltiplos s/ carteira comercial - B Bancos de Investimento - B & C Bancos de Desenvolvimento - B Sociedades de crédito, financ. e inv. - B SCI - B Cias Hipotecárias - B APE - B Agências de fomento - B Soc. Crédito Microempreendedor - B
	SUSEP (SU)	OUTROS INTERMEDIÁRIOS OU AUXILIARES FINANCEIROS	Bolsas de mercadorias e futuros - B & C Bolsas de valores - C Corretoras - B & C DTVM - B & C Sociedades de arrendamento mercantil - B Corretoras de câmbio - B Representações de IFs estrangeiras - B Agentes autônomos de inv. - B & C
	SPC	ENTIDADES LIGADAS AOS SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA E SEGUROS	Entidades fechadas de prev. privada - SPC Entidades abertas de prev. Privada - SU Sociedades seguradoras - SU Sociedades de capitalização - SU Sociedades adm. de seguro saúde - SU
		ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS	Fundos Mútuos - B & C Clubes de investimento - C Carteiras de Investidores Estrangeiros - B & C Administradoras de consórcio - B
		SISTEMAS DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA	Selic, Cetip - B CLC - C
DENOR – Departamento de Normas do Sistema Financeiro			

Fonte: BACEN (p.6, 2018, a).

Cooperativas de crédito

Atualmente no SFN existe uma gama de instituições que podem oferecer produtos e/ou serviços financeiros entre elas estão às cooperativas de crédito.

Para o BACEN – Banco Central do Brasil as cooperativas de crédito nada mais é que instituições financeiras com visão de prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados, por meios dos produtos e serviços. A maioria das cooperativas de crédito ofertam uma gama de serviços que as instituições bancárias ofertam, como por exemplo, conta – corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Assim como nos demais seguimentos cada cooperado tem direito a voz e voto, onde o peso é independente do seu capital social na cooperativa. Através da cooperativa os cooperados recebem atendimento customizado, as cooperativas quando estão superavitárias proporciona sobras aos cooperados, e os cooperados escolhem a forma de divisão desse resultado, ou seja, os membros da cooperativa participam ativamente dos recursos que sobram durante o exercício assim como suas possíveis perdas. O seguimento crédito do cooperativismo são autorizadas e supervisionadas pelo BACEN. (BACEN, 2017, a).

Existem vários sistemas cooperativos de crédito no Brasil os que mais se destacam são Sicredi, Unicred, Ceced, Confesol (atual CRESOL) e Uniprime. (Portal do Cooperativismo Financeiro, 2014).

Ao se analisar como é constituída uma cooperativa e principalmente as cooperativas de crédito podemos ver que existem algumas diferenças entre as cooperativas e os bancos. O que chama atenção a principio é o fato de que ao se associar o individuo passa a ser dono deste empreendimento, ter voz e vez, ainda partilhar das decisões, além disso, nas cooperativas os associados tem participação nas suas sobras e as cooperativas não visam lucros como afirma o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCOOP (2018) na figura 3.

Figura 3: Diferença entre Bancos e Cooperativas de crédito.

Bancos	Cooperativas de crédito
A propriedade é privada e visa-se a maximizar o lucro	A propriedade é social e não se visa a lucros
É permitida a transferência das ações a terceiros	Não é permitida a transferência de quotas-parte a terceiros
Os membros do Conselho de Administração são proprietários ou provenientes do mercado	Os membros do Conselho de Administração são cooperados
O usuário é mero cliente	O usuário é o próprio dono, tem decisão ativa na política operacional e deve ser tratado com isonomia
No relacionamento com o cliente, há prioridade na redução de custos e de riscos	Analisa a capacidade de investimento e pagamento dos associados
Priorizam os grandes centros urbanos	Atuam também em comunidades mais remotas
Tendem ao atendimento impessoal, com base na reciprocidade financeira, e focam exclusivamente a dimensão econômica	Predomina o atendimento pessoal aos associados, com relações mais sociais entre dirigentes, funcionários e associados. Dimensão socioeconômica se sobrepõe
Vínculo frágil com a comunidade	Vínculo com a comunidade, na qual aplicam os recursos captados
Focam-se na concorrência de mercado	Desenvolvem-se pela cooperação
A remuneração dos acionistas é proporcional ao capital investido	Sobras no exercício podem ser distribuídas entre os associados na proporção dos serviços financeiros utilizados ou reinvestidos em fundos cooperativos

Fonte: FCGOOP (2018).

Atualmente as cooperativas de crédito estão espalhadas em todo território nacional. O relatório trimestral do FCGOOP (2017, p.23), mostra que a região sul do país tem 45,99% das unidades de atendimento do Brasil. Entretanto, em Minas Gerais existe um número maior de pontos de atendimento do que nos estados do sul, somando cerca de 956 pontos de atendimentos.

Ao sabermos que as cooperativas de crédito são instituições financeiras regidas pelo BACEN, vemos que existe um ponto crucial para se estudar que é a Gestão Financeira, que busca trazer as maneiras em que os empreendimentos devem gerir seus recursos.

Gestão financeira

Segundo o SEBRAE (2013, p.14) gestão financeira é a utilização de métodos e técnicas administrativas que deve manter a liquidez da empresa com intuito de manter os acordos já firmados, podendo assim maximizar os seus resultados positivos.

Ao tocar no quesito gestão financeira existem alguns requisitos nos quais devemos dar uma atenção maior, dentre eles são os profissionais que estão

envolvidos nesses processos. Além disso, é necessária a análise mais precisa possível dos indicadores financeiros para que se possam tomar decisões de forma coerente com a realidade da instituição (Carvalho, 2011).

A partir daí sabemos que existem várias ferramentas que podem ser utilizadas com a finalidade de melhorar os indicadores das instituições. Um desses indicadores é o Índice de Basileia criado em 1975 que veio sofrendo alterações até chegar ao que conhecemos hoje. Esse coeficiente mede a liquidez de uma instituição financeira. O Índice de Basileia foi criado Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (Basel Committee on Banking Supervision – BCBS), que funciona como uma espécie de fórum de debate mundial para cooperação bancária, com a finalidade de regularizar e supervisionar as ações do mercado financeiro. Esse comitê está lotado no BIS (Bank for International Settlements) que foi fundado em 1930, com a função de ser uma organização fomentadora (BACEN, 2018, b).

Um dos indicadores que devemos nos atentar ao analisar na gestão financeira de um empreendimento financeiro é a conta contábil de provisão. Essa conta nada mais é que uma conta que gera deduções no patrimônio líquido (FERNANDES, et al, 2008).

Existem várias resoluções que discutem não só os riscos de crédito, mas também como divide e controla a conta de provisão. Entre elas a Resolução do BACEN Nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que aborda os critérios de classificação de risco nas operações, alguns indicadores relevantes que devem ser analisados como: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, pontualidade e atrasos nos pagamentos, setor de atividade econômica, limite de crédito, esses são apenas alguns dos critérios, os quais chamam mais atenção ao se analisar uma proposta de crédito. A prática dessa resolução no momento de análise de uma proposta de crédito podem reduzir drasticamente as chances de ocorrer inadimplências futuras.

Ainda com base na Resolução do BACEN Nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 é a forma com que se classificam as operações de crédito e qual o percentual que se é provisionado, como demonstrado a seguir.

Dos níveis de risco:

- a) Atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;
- b) Atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;

- c) Atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;
- d) Atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;
- e) Atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;
- f) Atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;
- g) Atraso superior a 180 dias: risco nível H;

Do percentual de provisionamento:

- I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;
- II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
- III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;
- IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;
- V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;
- VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;
- VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;
- VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.

Um desses mecanismos é a Gestão de Risco, que traz consigo uma gama de ferramentas na qual são utilizadas para minimizar os riscos no empreendimento.

Gestão de riscos

A gestão de risco é um conjunto de ações utilizados na gestão de cooperativas de crédito como forma de minimizar os riscos de irregularidade perante as operações. Existem vários instrumentos na gestão de risco que são pertinentes a serem analisados, um deles é a metodologia COSO trazendo métodos e técnicas sobre o gerenciamento dos riscos corporativos que usa como base a seguinte definição:

O gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, diretoria e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco da organização e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos. (COSO, 2007, p.4).

A gestão de risco pode também ser considerada como a junção de normas e procedimentos com a finalidade de diminuir os riscos em determinadas situações.

Existe a circular do BACEN Nº 3.681, de 04 de Novembro de 2013 onde retrata os procedimentos para o gerenciamento dos riscos de todas as instituições por eles fiscalizados, incluindo as cooperativas de crédito. A circular apresenta três tipos de risco dos quais todas as instituições devem se prevenir, que são eles: risco operacional, risco de liquidez e risco de crédito.

No que tange o gerenciamento de riscos, agora iremos falar do conceito de risco operacional. A Resolução Nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 define o risco operacional como a probabilidade de incidência de perdas advindas de “eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.” Além disso, a resolução traz as possíveis deficiências na quais as instituições estão passiva a terem, que são:

- I - fraudes internas;
- II - fraudes externas;
- III - demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- IV - práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- V - danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- VI - situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- VII - falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- VIII - falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição. (BACEN, p17-18, 2018).

Quando falamos de liquidez sabemos que se trata de ativos passivos de negociações onde os indivíduos envolvidos no processo detém a posse podendo o transformar em caixa, isso decorre da relação tempo x preço adquirido sendo considerado deduzido os custos provenientes da venda (Villaça, 1969, p.33 - 34).

Daremos aqui como foco o risco de crédito e risco de liquidez. O risco de crédito será analisado na perspectiva de mostrar como é a funcionalidade das solicitações de crédito e como isso vai impactar na liquidez da cooperativa. Com isso é importante analisar de forma sucinta como a mitigação dos riscos de crédito é relevante para a liquidez da referida cooperativa.

Ainda com base na Resolução Nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, constatou-se que mitigação de riscos é a possibilidade de riscos que a instituição esta disposta a encarar, ou seja, até que ponto a instituição estar disposta a encarar determinados riscos.

Quando falamos de risco de crédito, devemos considerar que estar ligado as possíveis perdas em que pode ocorrer com um dos contratantes não honrem com suas obrigações (Xavier, 2011, p.35).

Caso uma instituição não tenha a capacidade de honrar com suas obrigações e converter a moeda eletrônica em moeda escritural é um indicativo de que as operações onde se tem essa demanda não serão cumpridas. O risco de crédito é utilizado para diminuição de perdas vinculadas a operação e potencialização dos ganhos de forma mais efetiva (BACEN, 2013). Ou seja, se uma instituição financeira não possuir uma boa liquidez que deve ser maximizada através dos controles de riscos de liquidez ela dificilmente irá conseguir atingir sua função de agente regulador.

Pesquisa de campo

Diante do exposto pelos entrevistados, classificamos a Cooperativa de crédito X de porte pequeno. Entretanto, ressaltamos que essa classificação não pode ser dada apenas por meio de entrevistas. Existem outros fatores que devem ser analisados para a classificação ter mais exatidão, com base na Resolução BACEN Nº 4.553, de 30 de Janeiro de 2017. Como por exemplo: porte das instituições no PIB – Produto Interno Bruto, apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência – PR, Capital Principal entre outros.

Podemos ver com isso que para utilizar a classificação exata da cooperativa faz-se necessário um estudo mais aprofundado, cujos dados não foram disponibilizados por questão de normas internas da instituição.

No seu quadro possui colaboradores com as formações de nível superior em Administração, Ciências Contábeis, Técnico em Agropecuária, Técnico em Contabilidade e graduandos em Gestão de Cooperativas. O processo de seleção de funcionários é via edital publico, exceto para cargos de confiança.

Para utilização dos produtos e serviços da cooperativa o primeiro passo é “ser associado” sendo exigidos os documentos comprobatórios, seja pessoa física ou

jurídica (resposta do atendente 01²). Além disso, faz - se necessário a aquisição de cotas partes para cada associado recém admitido (resposta do atendente 02). Nos questionários aplicados aos atendentes, em comum, vimos que nos últimos três anos houve a necessidade de mudanças significativas na cooperativa, por causa do “Alto índice de inadimplência e desenquadramento de indicadores” (resposta do atendente 02) e com isso, veio à mudança de direção (resposta do atendente 01). O afastamento da direção foi procedido por meio da intervenção da diretoria da Cooperativa Central, com a finalidade de adequação dos indicadores e treinamentos do corpo funcional para o melhor desenvolvimento de sua função (depoimento do atendente 03).

Dentre as mudanças se destacam: “Os cadastros eram feitos sem muitas informações e muitas vezes com dados inexistentes” (de acordo ao atendente 01) e “[...] Não é mais exigido consulta de restrição SPC e Serasa para abertura de conta poupança” (depoimento do atendente 02). Entretanto, chamou-nos a atenção o fato do atendente 03 dizer em sua resposta à entrevista que não houve mudanças.

Em relação ao acesso ao crédito, o filiado, para realização da proposta de crédito, necessita atualizar seu cadastro com as devidas comprovações (documentos pessoais e comprovações de renda), indicar o tipo de garantia (avalista ou garantia real), informar o valor desejado. Para essa atualização, pode ser feita uma espécie de entrevista com o intuito de orientar ao mesmo quanto à questão do seu limite de endividamento. Após colhida essas informações são lançadas no sistema e o próprio sistema se encarrega de realizar as consultas das restrições no SFN. Além disso o atendente pode ainda analisar os índices: “renda, bens, comprometimento mensal, restrições, histórico de pagamentos” (Atendente 02). Existe um fluxo da proposta que é composto da seguinte maneira: “Atendimento - Gerente - Comitê de Crédito – Gerente” (de acordo com o cogestor D). Na pratica, esse fluxo se processa: o responsável pelo atendimento faz a proposta de crédito e a encaminha ao gerente que por sua vez, faz uma análise previa e a encaminha ao comitê de crédito. Daí se faz a análise e independente do seu resultado (aprovado ou reprovado) retorna ao gerente que determina ao atendente comunicar o resultado

² Para não identificar os respondentes, no formulário foi utilizado códigos de acesso (Atendente 01, CogestorX, etc.)

ao solicitante. Em suma, o eixo da avaliação das propostas leva em conta: “Grau de endividamento, Capacidade de Pagamento e Restritivos Externos e Internos” (cogestor D).

As respostas obtidas mostram também que a proposta de crédito é classificada de acordo com os níveis de risco, cuja análise é “[...] feita através do processo de Score, onde é atribuído uma nota para vários pontos que o sistema analisa (Composição Familiar, Endividamento, Restritivos, Patrimônio, Renda...), no final dessa composição de dados é que o sistema mostra o nível de risco do associado” (cogestor D).

Embora haja uma sistemática da Cooperativa Central encaminhar as atualizações dos normativos para acesso aos produtos e serviços financeiros à disposição dos associados, as respostas do formulário apontam que não há uma leitura sistemática e previa das modificações encaminhadas. Sabe-se entretanto, que houve mudanças pelo e-mail da Cooperativa X. Quando um associado solicita o produto que atendente identifica ter sofrido alterações, esse atendente busca então a resolução ou nota técnica com a mudança detalhada.

Quando perguntamos aos atendentes o seu nível de conhecimento sobre os temas gerenciamento de risco de crédito, sua mitigação e risco de liquidez, todos entrevistados foram unânimes em dizer que possuem um conhecimento baixo nesses quesitos. Já o corpo gestor apontou que possui um conhecimento “bom” na temática.

Conclusão

A partir dos dados exposto pela pesquisa de campo, conseguimos identificar que a Cooperativa X possui um fluxo na proposta de crédito. O atendente é responsável por coletar o maior número de informações possíveis do proponente. Algo que chamou atenção foi saber que a cooperativa se preocupa em fazer uma espécie de entrevista breve para fins de não comprometer o associado, no que tange o seu endividamento. Aqui está um ponto chave e um diferencial. Isso demonstra que a cooperativa não só se preocupa em liberar crédito para os cooperados, mas se preocupa também na forma com que será aplicado esse

recurso para evitar endividamento. Aqui vemos que a Cooperativa X estar demonstrando o interesse pela comunidade trazido por Reisdorfer (2014, p.38), um interesse mutuo onde todos ganham.

Além disso é utilizado pela cooperativa a análise não só da capacidade de pagamento e restrições, é utilizado a classificação do nível de risco do associado por meio do score, que atribui uma nota ao cooperado e com base nessa nota atribuída é indicada como a conta de provisão deve agir nessa operação. Estando a cooperativa seguindo as recomendações da Resolução do BACEN Nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Com base no que foi dito pelos entrevistados podemos ver que a cooperativa utiliza ferramentas para a mitigação dos riscos em suas operações, entretanto existe ainda uma boa oportunidade para ser explorada, que é o baixo conhecimento nesse quesito por parte dos atendentes. Ao capacitar os envolvidos no atendimento sobre essa temática isso traz consigo a oportunidade de que esses envolvidos e com contato direto com os solicitantes podem já, de antemão, traçarem estratégias que possam vir a ajudar a cooperativa no gerenciamento do risco e uma orientação mais segura ao associado. Desse modo entendemos que a Cooperativa X vem se adequando as resoluções do BACEN e fazendo com que os indicadores possam ser adequados aos padrões exigidos, assim utilizando as normas e ferramentas contidas na Resolução BACEN Nº 3.681, de 04 de Novembro de 2013, que trata do gerenciamento de risco.

Diante do exposto, pela bibliografia em que o presente estudo se baseou, confrontando com as respostas dos entrevistados, vimos que além de fornecer crédito aos cooperados a Cooperativa X exerce não só a função de um agente financeiro, mas também de um agente distribuidor de soluções financeiras com o diferencial de se preocupar não só com os indicadores que venham a fazer com que os tomadores de créditos fiquem inadimplentes. Age de maneira a orientar a forma com que o recurso solicitado pelos associados seja empregado de forma mais proveitosa e até mesmo orientando os valores mais adequado aos cooperados tomadores.

A pesquisa mostra que havia falhas na Cooperativa X, no que diz respeito as análises dos riscos, resultando na necessidade de intervenção da Cooperativa

Central. Após essa intervenção, vem utilizando métodos e ferramentas para fim de minimizar os impactos que o gerenciamento de risco pode proporcionar, analisando os percentuais que irão ser comprometidos na renda dos cooperados. A isso se junta à ausência de restrição no SFN e a utilização da ferramenta de Score, ferramenta essa que é um cadastro positivo, onde é contida as informações das pessoas que utilizam o SFN, é utilizado uma nota de zero a um mil analisando as informações como: pagamento em dias e sem restrição no SFN (SERASA, 2018).

Chegamos a conclusão que a cooperativa já utiliza ferramentas com o intuito de minimizar os riscos. Entretanto, recomenda-se explorar mais seu corpo funcional nesse quesito para que a todo o momento os envolvidos no processo, possam ajudar de forma direta ou indireta na minimização dos riscos da instituição.

Por outro lado, detectamos haver uma falha ao se utilizar o normativo apenas como instrumento de consulta. Este deveria ser objeto de estudo constante para que o atendente possa se tornar um agente de oportunidades de fazer novos negócios.

Referências

BACEN. **Circular Nº 3.681, de 4 de Novembro de 2013:** Dispõe sobre o gerenciamento de riscos. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48839/Circ_3681_v1_O.pdf> Acesso em: 30/08/2017.

BACEN. **Como funciona o sistema financeiro nacional (SFN).** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bcuniversidade/palestras/bc_univ_200400604.pdf>. Acesso em: 09/01/2018, a.

BACEN. **O que é cooperativa de crédito?** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>>. Acesso em: 16/10/2017.

BACEN. **Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo.** Data-base: dezembro/2016. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/panorama_de_cooperativas.pdf>. Acesso em: 09/01/2018.

BACEN. **Recomendações de basileia.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/fis/supervisao/basileia.asp>>. Acesso em: 08/02/2018, b.

BACEN. **Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999:** Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf> Acesso em: 31/08/2017.

BACEN. **Resolução Nº 4.553, de 30 de Janeiro de 2017:** Estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50335/Res_4553_v1_O.pdf> Acesso em: 07/03/2018.

BACEN. **PANORAMA DO sistema nacional de crédito cooperativo.** Data-base: dezembro/2016. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/panorama_de_cooperativas.pdf>. Acesso em: 11/03/2018.

BRASIL. **Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 16/10/2017.

BRITO, G. A. S., NETO A. A. **Modelo de classificação de risco de crédito de empresas.** R. Cont. Fin. USP, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 18 - 29 • janeiro/abril 2008.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v19n46/v19n46a03.pdf>>. Acesso em: 04/01/2018.

CARVALHO, A. D. **O cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global**. São Paulo: Baraúna, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=9NezSINppmsC&pg=PA4&lpg=PA4&dq=CARVALHO,+Adriano+Dias.+O+cooperativismo+sob+a+%C3%B3tica+da+gest%C3%A3o+estrat%C3%A9gica+global.+S%C3%A3o+Paulo:+Bara%C3%BAna,+2011&source=bl&ots=N8PCa-BG85&sig=WAKfJ28Lh3zE4c3JwaTeUzXINoo&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjy0qiptunVAhWFkpAKHcS9DB4Q6AEIMjAC#v=onepage&q&f=false> >. Acesso em: 21/08/2017.

COSO. **Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada**. Disponível em: <<https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 30/10/2017.

FERNANDES, D. T. M. et al. **Os impactos da resolução n. 2.682 e dos programas de reestruturação do sistema financeiro nacional no nível de provisionamento da carteira de crédito do setor bancário**. R. Cont. Fin. USP - São Paulo. v. 19. n. 47. p. 44 – 55 maio/agosto 2008 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v19n47/v19n47a05.pdf>>. Acesso em: 14/02/2018.

FGCOOP. **O que é cooperativa de crédito**. Disponível em: <<http://www.fgcoop.coop.br/o-que-e-cooperativa-de-credito>>. Acesso em: 16/01/2018.

FGCOOP. **Relatório do sistema nacional de crédito cooperativo – SNCC 2º trimestre de 2017**. Disponível em: <[http://www.fgcoop.coop.br/documents/19/115515/relatório trimestral junho 2017.ii.pdf/a7fe8ea9-cfed-449d-8e7d-c562aa68e13e](http://www.fgcoop.coop.br/documents/19/115515/relatório%20trimestral%20junho%202017.ii.pdf/a7fe8ea9-cfed-449d-8e7d-c562aa68e13e)>. Acesso em: 16/01/2018.

FIGUEIRA , P. H. **Gestão do risco de crédito**: análise dos impactos da resolução 2682, do conselho monetário nacional, na transparência do risco da carteira de empréstimos dos bancos comerciais brasileiros. 169 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira De Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3995/000305726.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 04/01/2018.

Kopelke, André Luiz. **Fundamentos de economia, mercado de capitais e investimento**/André Luiz Koelke; Renato Oliveira Santos. Indaial: Uniasselvi, 2012. 186 p. :il. ISBN 978-85-7830-515-4.

OCB. **O Que é cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 08/12/2017, a.

OCB. **Ramos do cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/ramos>>. Acesso em: 11/12/2017, b.

OCB. **Cooperativas de crédito e seus impactos sociais**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/arquivos/horario_arquivos/trab_50.pdf>. Acesso em: 02/01/2018.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Conheça os dados dos principais sistemas de crédito cooperativo do Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2014/05/conheca-os-dados-dos-principais-sistemas-de-credito-cooperativo-do-brasil/>>. Acesso em: 17/09/2017.

REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo** / Vitor Kochhann Reisdorfer – Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014. 106 p. : il. 28 cm. ISBN 978-85-63573-72-8. Disponível em: <http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_cooperativismo/primeira_etapa/arte_introduc_cooperativismo.pdf> Acesso em: 07/02/2018.

SEBRAE/MG. **Como elaborar controles financeiros**. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/Atendimento/Imagens/Como%20Elaborar%20Controles%20Financeiros.pdf>>. Acesso em: 19/09/2017.

SERASA. **Tudo sobre score de crédito**. Disponível em: <<https://www.serasaconsumidor.com.br/ensina/aumentar-score/ver-o-score-e-gratis/>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

SESCOOP/BA. **Historia do cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.bahiacooperativo.coop.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 11/12/2017.

SILVA, S. W; GONCALVES, J. E; SOUZA, D. V. R; et al. **O Sistema Financeiro Nacional Brasileiro**: contexto, estrutura e evolução. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, v. 14, n. 1, p. 1015-1029, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/3043/pdf_496>. Acesso em: 31/08/2017.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Sólida** / Paul Singer – 1º ed – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. ISBN 85-86469-51-3.

TOSINI, M. F. C. BACEN: Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro. 2010 – Anual Contribuição de: **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**. Ano 5, nº50. ISSN 2175-926X. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA201003.pdf>> . Acesso em: 09 jan. 2018.

VILLAÇA, M. J. **O conceito de liquidez**. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 33-53, jan./mar. 1969. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v9n1/v9n1a02.pdf>>. Acesso em: 22/02/2018.

XAVIER, C. M. **Risco Na Análise De Crédito**. 2011. 67 f. Monografia de conclusão de curso submetida ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis304405.pdf>> Acesso em: 26/02/2018.

Anexos

Questionário para Corpo Gestor

12/03/2018

Acesso ao questionário

Acesso ao questionário

PROJETO DE PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB

CURSO: TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

Aluno: Islan Rodrigo Machado Caldas

Orientador: Prof José Santana

Prezad@s

O presente questionário é parte de minha pesquisa para elaborar o TCC de final de curso. Gostaria imensamente de contar com sua colaboração, no sentido de responder as perguntas formuladas.

Para preservar o sigilo do respondente e sua organização, a pesquisa observa os passos a seguir:

a) O trabalho se destina exclusivamente a cumprir uma exigência pedagógica, restringindo o seu uso ao ambiente acadêmico.

b) Além disso, para não haver possibilidade de identificação da organização pesquisada, a mesma não terá seu nome citado no trabalho, referindo-nos a ela como COOPERATIVA X, sem citar nem o município onde está sediada.

c) Da mesma forma, não haverá identificação do respondente.

Desde já, agradeço sua valiosa atenção.

Cruz das Almas, 23 de fevereiro de 2018.

*Obrigatório

Gestor *

Questionário

1 - Qual sua formação e cargo na cooperativa? *

Caso julgue necessário de forma resumida conte como foi sua passagem pela cooperativa (se houve mudanças de setores).

2 - Como chegou a esse cargo? *

A ideia aqui é saber se você foi eleito diretamente em assembleia ou se você é funcionário.

3 - Qual o porte da cooperativa X? *

4 - Quais indicadores são utilizados para avaliar se a cooperativa está em condições de emprestar recursos ou está mais necessitada de captar esses recursos?

5 - Quantos pontos de atendimento existem? *

6 – Assinale a alternativa que representa o seu entendimento sobre o conhecimento de risco de crédito, liquidez e mitigação de risco. *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum;
- Insuficiente;
- Razoável;
- Bom;
- Muito Bom;
- Ótimo;
- Desejo acrescentar algo mais.

7 - Existe algum normativo para acesso aos produtos e serviços da cooperativa? Se sim como é formulado? *

8 - Qual o fluxograma das propostas de crédito?

9 - Quais os indicadores que são analisados na proposta de solicitação de crédito? *

10 - Existe alguma classificação dos níveis de risco dos associados nas operações? Se sim como ela é feita? *

Descreva a resposta da opção 6

Qual seu entendimento sobre o gerenciamento de risco de crédito, liquidez e mitigação de risco? *

Questionário para Atendentes

13/03/2018

Acesso ao questionário

Acesso ao questionário

PROJETO DE PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB

CURSO: TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

Aluno: Islan Rodrigo Machado Caldas

Orientador: Prof José Santana

Prezad@s

O presente questionário é parte de minha pesquisa para elaborar o TCC de final de curso. Gostaria imensamente de contar com sua colaboração, no sentido de responder as perguntas formuladas.

Para preservar o sigilo do respondente e sua organização, a pesquisa observa os passos a seguir:

- a) O trabalho se destina exclusivamente a cumprir uma exigência pedagógica, restringindo o seu uso ao ambiente acadêmico.
 - b) Além disso, para não haver possibilidade de identificação da organização pesquisada, a mesma não terá seu nome citado no trabalho, referindo-nos a ela como COOPERATIVA X, sem citar nem o município onde está sediada.
 - c) Da mesma forma, não haverá identificação do respondente.
- Desde já, agradeço sua valiosa atenção.
Cruz das Almas, 23 de fevereiro de 2018.

*Obrigatório

Digite o código de acesso *

Questionário

1 - Qual sua formação e cargo na cooperativa? *

Por questão de sigilo não iremos identificar a cooperativa, para isso denominaremos a de COOPERATIVA X. Caso julgue necessário de forma resumida conte como foi sua passagem pela cooperativa (se houve mudanças de setores) .

2 - Qual o seu entendimento sobre o gerenciamento de risco de crédito, liquidez e mitigação de risco? Caso tenha algo a acrescentar redigir no campo a seguir. *

Marcar apenas uma oval.

- Não tenho conhecimento na área
- Baixo
- Alta
- Desejo acrescentar algo mais

3 - Quantos pontos de atendimentos existem? *

4 - Em caso de dois ou mais resposta: Onde você atua e onde já atuou? *

5 - Quais os requisitos para acessar os produtos e serviços da cooperativa?

6 - Como é realizado o cadastro dos cooperados? *

7 - Tem alguma diferença como era feito os cadastros dos cooperados? *

8 - Existe algum normativo para acesso aos produtos e serviços da cooperativa? Se sim como você o utiliza? *

Marcar apenas uma oval.

- Não possui normativo;
- Já li todos;
- Não li;
- Uso apenas para consulta;
- Já li todos e utilizo como instrumento de consulta.

9 - Como é formulada a proposta de crédito? (descrever o passo a passo). Quais os indicadores que são analisados na proposta? *

10 - Como é realizado o pagamento dos créditos liberados? *

11 - Quais as medidas que são adotadas para recuperação dos montantes já emprestado? *

12 - Houve alguma mudança significativa nos últimos 3 anos? *

13 - Em caso positivo(na opção anterior), sabe informar o motivo dessa mudança? *

14 - Quais as principais mudanças que ocorreram *

15 - Essas mudanças provocaram quais impactos sobre a concessão e recuperação do crédito? *

Descreva a resposta da opção 1

Qual seu entendimento sobre o gerenciamento de risco de crédito, risco de liquidez e mitigação de risco? *
